

VAZIOS DA INDÚSTRIA: REFLEXOES ACERCA DAS FRICHES INDUSTRIELLES NA CIDADE DE PELOTAS - RS¹

Natalia Daniela Sá Britto- natalia-geo@hotmail.com²

Solismar Fraga Martins- solismarfm@terra.com.br³

RESUMO

Neste ensaio trataremos de refletir sobre algumas das transformações sócio-espaciais decorrentes do surgimento das chamadas friches ou vazios industriais. Para isso se tomará como referencial empírico o processo de desindustrialização identificado na cidade de Pelotas, no sul do Brasil. Tal cidade teve seu desenvolvimento urbano induzido pela industrialização, principalmente entre os séculos XIX até a década de 70 do século XX, quando esta passa a entrar em declínio, seguindo uma conjuntura que se delinea no cenário nacional e internacional.

PALAVRA-CHAVE: Vazios industriais, Friches Industrielles, Desindustrialização, Reestruturação urbana.

¹ Trabalho apresentado no Simpósio de Pós-Graduação em Geografia- SIMPGEO. Santa Maria, maio 2009.

² Mestranda do programa de Pós- Graduação em Geografia/FURG

³ Orientador, Prof. Drº. do Programa de Pós-Graduação em Geografia/FURG

INTRODUÇÃO

Em sua análise sobre a efemeridade do mundo moderno, Guy Debórd já denunciava que nada fica o mesmo. Em suas palavras, “o mundo a cada dia muda cada vez mais rápido”. Numa mediação direta com o espaço, os ares da mudança, da efemeridade, da transitoriedade, da ruptura e da persistência, próprios do movimento capitalista, tornam-se cada vez mais sensíveis aos nossos sentidos imediatos. Seja identificando o rearranjo das práticas sociais que se objetivam num espaço cada vez mais fragmentado, seja por meio da percepção adjacente das alterações nas formas, estruturas e funções espaciais.

É certo que o espaço, diante das mutações do modo de produção, não permanece o mesmo, e que a cidade, desde o desenvolvimento do processo de industrialização, tem passado por mudanças cada vez mais expressivas na medida em que se intensificam o domínio das leis do mercado, do consumo e do espetáculo. Basta imaginarmos a atmosfera da cidade nas primeiras décadas do século XX, com seu espaço racionalizado, ordenado pela rigidez tecnocrática, com suas inúmeras fábricas, cheias de vida, de máquinas, tomadas por verdadeiros exércitos de operários que circulavam pelas ruas e seus arredores, para percebermos as diferenças que se manifestam na contemporaneidade. Esta cidade eminentemente industrial, produzida no mesmo ritmo da maquinaria que ordenava o tempo e a vida de seus trabalhadores, possuía características que hoje em dia se modificam e conformam novas dimensões na realidade urbana, desveladas na complexificação da práxis sócio-espacial. O ritmo frenético das máquinas tomou conta de todos os momentos da vida cotidiana, concluindo com êxito o projeto da sociedade moderna. O espetáculo, o consumo em massa, a fragmentação da vida e do espaço e a efemeridade das relações, onde a aparência se sobrepõe à essência, são algumas das implicações da continuidade histórica desta aventura. (BERMAN, 1982)

No âmbito das metamorfoses espaciais, fenômenos como concentração, desconcentração, dispersão, movimentos centrífugos, centrípetos, pendulares, entre outros, têm sido cada vez mais constantes, revelando o caráter cíclico e flexível com que as relações de produção organizam seu processo na contemporaneidade. Nessa perspectiva, a cidade não está indiferente aos movimentos do modo de produção capitalista, visto que o espaço é, antes de tudo, produto dessas relações. Segundo CARLOS:

“O presente não é o passado em potência. Ele é o momento da escolha e da ação”

Simone de Beauvoir

“A cidade não é um fenômeno autônomo, mas produto das leis de desenvolvimento de acumulação capitalistas e não pode ser dissociada das tendências e movimentos do capital, do aumento da produtividade do trabalho, do desenvolvimento tecnológico e do processo de socialização decorrentes das condições gerais de produção” (CARLOS, 1988, p.61)

Desta forma, as mudanças na economia-mundo, sinalizadas eminentemente nas últimas décadas do século XX, têm implicado numa profunda reestruturação do tecido político, social e espacial nas cidades mundiais. Os espaços que outrora cumpriam uma função mais ampla no processo produtivo, hoje assumem novas formas e funções, alterando não só os usos que a sociedade destina a eles, mas, sobretudo, as interações sociais que neles e, a partir deles, se objetivam. É o caso dos espaços abandonados pelas indústrias devido à incidência dos processos de desindustrialização e reestruturação produtiva. Estes processos implicaram diretamente no surgimento de vazios e ruínas sobre o espaço antes industrializado, que figuram como elementos representativos do “progresso” tecnocrático do século passado. Tal qual as catedrais no seu tempo, as ruínas industriais trazem hoje, implícitos e explícitos, uma série de signos e imaginários, calcando sobre o espaço discursos e fragmentos de outra época.

É sobre estes fragmentos que buscamos refletir neste artigo. Procuramos, por meio da identificação do fenômeno de surgimento das ruínas ou vazios industriais no espaço urbano, conduzir um movimento capaz de desvelar a essência deste processo e sua relação com os processos econômicos e sociais de forma mais ampla. Nesse sentido objetivamos transcender o objeto de seu caráter fenomênico apontando algumas das possíveis causas de seu surgimento, de modo a revelar sua relação com processos desencadeados em ordem próxima e distante (LIMONAD, 2003).

Para isso faremos uso do conceito francês de “Friches Industrielles”, amplamente difundido nos estudos sobre a desindustrialização na França nos anos 80. Utilizaremos tal conceito por acreditarmos que fornece um caminho teórico e conceitual que permita nossa aproximação do movimento constituinte do fenômeno na realidade brasileira.

O CONCEITO DE FRICHES INDUSTRIELLES

Primeiramente, antes de recorrer a uma análise vertical sobre a essência de tal fenômeno, cabe analisar alguns dos pressupostos conceituais que tem permeado o debate científico em torno dos espaços desindustrializados no mundo contemporâneo.

Entre a vasta bibliografia existente, que tenta por diferentes perspectivas analíticas dar conta da complexidade do assunto, recorreremos neste ensaio aos estudos de origem francesa que vem sendo utilizados por alguns autores nacionais, para o exame do processo de desindustrialização e surgimento das ruínas e vazios industriais. Trata-se do conceito de Friches industriais ou urbanas, amplamente difundido na literatura francesa a partir da década de 80, mas que no Brasil ainda se desenvolve de forma modesta.

Segundo MENDONÇA (2007, p.4), este conceito é utilizado geralmente para designar “um espaço, construído ou não, desocupado ou muito sem utilização, antes ocupado por atividades industriais ou outras atividades ligadas à indústria”. É importante ressaltar que embora haja na língua portuguesa uma série de terminologias que se aproximam semanticamente deste fenômeno, como vazios ou ruínas industriais, não há uma definição exata que coíba uma possível distorção de seu significado. Trata-se de uma diferença entre conceito e terminologia, onde uma aproximação simples pode desvirtuar a exatidão da definição dos espaços a serem analisados.

Ainda sobre o histórico do conceito, MENDONÇA (2007, p.4) lembra que este se desenvolveu primeiramente na França, com os estudos do geógrafo Jean Labasse em 1966. Segundo ele, Labasse desenvolveu o conceito de “Friches Sociales” (vazios sociais) associado aos conceitos de “ciclos industriais” e “descentralização industrial”, destacando as dimensões econômicas, sociais e espaciais do processo de desindustrialização ocorrido na França nas décadas seguintes do pós-guerra. Na Alemanha este conceito também foi desenvolvido sendo vinculado ao estudo da evolução da paisagem, tendo como principal expoente o geógrafo Wolfgang Hartke.

Na atualidade, este conceito tem sido amplamente utilizado na Europa, principalmente nos velhos países industrializados como Reino Unido, França, Alemanha e Bélgica, devido às transformações no processo produtivo. Eminentemente, estes estudos têm sido feitos a fim de conhecer melhor estas áreas, visando a sua “revitalização”, ou melhor, sua revalorização para o capital (VASQUES, 2006). Nos EUA e em outros países como a Espanha, conceitos como o de Brownfields ou baldios industriais tentam dar conta da análise dos espaços vazios nas cidades.

No entanto, a definição destes espaços se diferencia daquela aceita pelo conceito de friches industriais. Segundo VASQUES, (2006):

“Os locais brownfields não são necessariamente antigas indústrias, podem, também ser empresas comerciais desativadas, minas abandonadas, lixões ou de depósito de resíduos, todo tipo de infra-estrutura de transporte como ferrovias, portos e aeroportos; além de barragens, usinas termelétricas, nucleares, e outras. São todos os empreendimentos que um dia foram desativados, sofreram a ação do tempo, e com a conseqüente degradação natural transformaram-se em zonas mortas.”

Neste trabalho, como foi dito anteriormente, utilizaremos o conceito de Friche Industrialles por definir exclusivamente os espaços vazios que outrora possuíam como função principal a atividade industrial ou ligada à indústria. Nesse sentido, tendo claramente definido o objeto de nossa análise, cabe decompor verticalmente o fenômeno como forma de analisar sobre suas causas e essências.

ESPAÇO E INDÚSTRIA EM PELOTAS

Com o objetivo de compreender o fenômeno em seu contexto geral e específico, utilizaremos como ponto de partida de nossa análise a identificação do surgimento das friches industriais no espaço urbano de Pelotas. Em seguida, num movimento de afastamento, buscaremos decompor as relações e processos gerais que definem as determinações do modo de produção na organização do lugar.

A cidade de Pelotas, situada no sul do estado do Rio Grande do Sul, insere-se no contexto da urbanização brasileira, sendo fortemente induzida pelo processo de industrialização incidente principalmente nas primeiras décadas do século XX. De fato, a própria história da cidade apresenta certo pioneirismo na produção industrial, visto que sua formação urbana teve como ensejo principal o acúmulo de capital proveniente da indústria saladeril, no século XIX. Nesse sentido pode se dizer que esta indústria de base foi a primeira “indutora” na produção do espaço urbano em Pelotas. Tal indústria se manteve como principal atividade econômica do século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando esta começou a entrar em decadência. Porém, apesar do desmonte desta atividade, ela propiciou a formação de um patrimônio arquitetônico expressivo na cidade, figurando até os dias de hoje como elemento representativo da opulência e ideário aristocrático da elite dominante desta época, impressos de forma indissociável na paisagem urbana.

No decorrer do século XX, Pelotas passa a compor o desenvolvimento de novas atividades industriais, principalmente ligadas à agroindústria, tendo como característica principal a diversificação da produção. Tal desenvolvimento ocorre no compasso da emergência do pensamento urbano industrial no país, sobretudo na chamada Era Vargas, tendo como base as políticas de caráter keynesiano e a forte intervenção estatal na economia. Este momento é de extrema importância, pois irá conformar Pelotas como um importante pólo industrial fornecedor de bens de consumo não-duráveis e matéria-prima para toda região sul do estado do Rio Grande do Sul (SOARES, S/D). Ao fazer referência às transformações políticas e econômicas ocorridas no país, VIEIRA reforça:

“Pelotas também vivencia este momento com grande intensidade. Desde logo, há uma diversificação da economia até então baseada em um único produto: o charque. Diversos relatos nos dão conta desta diversidade, apontando um desenvolvimento industrial incipiente com a instalação de moinho, curtume, cervejaria, fábricas de vidro, chapéus, máquinas de escrever, aparelhos ortopédicos, cofres, móveis, sabão, velas, cerâmicas, produtos farmacêuticos, confeitarias entre outros.” (VIEIRA, 2005 p.120)

De tal modo, o processo de industrialização predominante em nível nacional e seu desenvolvimento em nível regional foram de extrema importância para o desenvolvimento urbano em Pelotas. SOARES (S/D, p.6) lembra que “a industrialização foi concomitante ao desenvolvimento urbano, com as primeiras obras de saneamento e de provisão de infra-estruturas”.

A disposição da atividade industrial no território exerceu grande importância na produção do espaço, visto que conformou novos lugares, modificando assim os padrões de uso e circulação na cidade. VIEIRA (2005) destaca algumas implicações sobre o espaço oriundos do desenvolvimento das atividades industriais em Pelotas:

“As implicações para o espaço urbano são inevitáveis. Embora não existisse um zoneamento rígido, o que se pode observar é que, em geral, as indústrias orientavam sua localização com base nas áreas de maior interesse para a realização de suas funções, sendo determinante o caráter de acessibilidade portuário e ferroviário. Deste modo, ficou marcado no espaço a localização das indústrias iniciais, próximo ao porto e nas cercanias da estação férrea.” (VIEIRA, 2005 p.121)

A intensificação deste processo altera profundamente a realidade urbana desde então. A localização das indústrias, embora não fosse estipulada por um zoneamento ordenado pelo Estado, conforme foi mencionado acima, acabou por ser ordenado pela lógica capitalista de produção. De certo

modo, esta lógica definiu o lugar de cada coisa e de cada indivíduo na cidade. A fragmentação do espaço, racionalizado pelas zonas industriais, comerciais, pelos bairros operários, pelos bairros das elites, transcendeu os limites do território, imbricando profundas transformações nas relações e significações existentes entre a sociedade e espaço.

No entanto, o vertiginoso processo de industrialização ocorrido em Pelotas manteve seu dinamismo por um período relativamente curto, apesar das amplas transformações que causou. De forma geral este período pode ser compreendido entre as primeiras décadas do século XX até meados das décadas de 70 e 80, quando sob influência do chamado fim do “milagre brasileiro” o otimismo do mercado internacional desponta numa profunda crise econômica, repercutindo diretamente no processo de desindustrialização e conseqüente agravamento da pobreza, desemprego e desigualdades sociais e territoriais. É neste contexto que ocorre o surgimento das friches ou ruínas industriais sobre o espaço.

A crise que se desenha no cenário nacional durante esta década coloca em discussão o caráter instável do modelo de desenvolvimento forjado no país, altamente dependente das empresas estrangeiras, aonde uma série de planos e políticas estatais vinham transformando amplamente o território às custas do endividamento externo. De tal forma impõem-se um questionamento inexorável: Quais foram as causas desta crise e porque a solução encontrada pelas indústrias foi a dispersão para outras cidades?

Nesse sentido tentaremos compor um movimento de afastamento da especificidade local para tentar entender as influências e conjunturas gerais do momento histórico em que se desenrola esta crise na cidade de Pelotas.

ESPAÇO E (DES)INDUSTRIALIZAÇÃO

Como foi assegurado no início deste ensaio, compartilhamos da crença de que o espaço está se transformando ao mesmo passo em que ocorrem transformações mais amplas no modo de produção capitalista. Apesar de muitos teóricos que se dedicam à análise urbana contemporânea salientarem que processos econômicos não significam imediatamente alterações espaciais, nem tão pouco assimilarem transformações contemporâneas às novas formas de produção, ainda cremos que as mudanças por que passam as cidades na atualidade estão em plena consonância com as transformações na economia capitalista mundial, embora no seu processo de produção colaborem inúmeros outros agentes. O próprio surgimento das friches industriais sobre o

espaço, de certo modo, revela este vínculo. Basta pensarmos que elas são, na verdade, testemunhos históricos das relações capitalistas de produção e que hoje estão em abandono justamente pelas mutações do sistema. Nessa perspectiva, as friches ou ruínas industriais figuram como elemento representativo, material e visível, deste vínculo existente entre reestruturação econômica e espacial.

Tendo claro este ponto de vista, as transformações por que vem passando a economia-mundo nas últimas décadas do século XX, servem de fio condutor para nossa análise sobre o surgimento das friches industriais.

Segundo Harvey (1992), com a crise do petróleo na década de 70, um conjunto de processos de ordem política, social e econômica coloca em xeque a rigidez e os compromissos do regime fordista de acumulação, dominante até então. O fordismo, mais que um tipo específico de organização do trabalho, constituiu-se um estilo de vida particular, caracterizado pela produção e consumo de massas, com altos salários e um Estado que assume a responsabilidade sobre amplos setores de serviços.

Embora não se possa fazer uma periodização estanque do fordismo enquanto regime de acumulação dominante (GOTTDIENER, 1990), o período entre o final da 2ª Guerra até meados da década de 70 pode ser compreendido como o momento de maior expressão do fordismo no mundo. Período este em que houve um crescimento vertiginoso na economia capitalista mundial, seguido pela expansão das empresas multinacionais, principalmente para os países do 3º mundo. De tal modo, este período trouxe grandes transformações espaciais com a intensificação do processo de industrialização em vários países, como no caso do Brasil, alicerçando a hegemonia do capital industrial sobre uma economia até então eminentemente agrário-exportadora.

A partir da década de 70, no entanto, transformações nas práticas capitalistas de produção sinalizam uma possível transição histórica deste regime para um novo regime de acumulação, que HARVEY (1992) irá chamar de “acumulação flexível”. Em suas palavras:

“A acumulação flexível, como vou chama-lá, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

Como característica intrínseca ao modo de

produção capitalista, as sucessivas crises que constituem o movimento contraditório deste sistema, tende a serem solucionadas por meio de reestruturações parciais e seletivas, mas sem mudanças estruturais profundas. Rearranjos políticos, sociais e espaciais que buscam acomodar a “crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução” (HARVEY, p.124).

Marx já destacava o caráter cíclico e insustentável deste sistema. Segundo HARVEY (1992, p.169), para Marx, as proposições básicas do capitalismo, como a tendência ao crescimento e a acumulação da riqueza, por si só, são inconsistentes e contraditórias e, por isso, a “dinâmica do capitalismo é necessariamente propensa a crises”. De acordo com essa tendência, o capitalismo tende a produzir fases periódicas de super acumulação, expressas na “capacidade produtiva ociosa, num excesso de mercadorias em estoque, um excedente de capital-dinheiro e grande desemprego” (HARVEY, 1992 p.170)

É sobre a base de uma crise de super acumulação de capital que a transição do fordismo para a acumulação flexível se apresenta. Segundo GOTTDIENER (1990, p.67), o fordismo se estabeleceu numa correspondência entre produção em massa na indústria de um lado, e consumo massivo de outro. Nesse regime, o crescimento estava baseado nos circuitos internos e não nos internacionais, tendo a intervenção política importante papel na regulação da produtividade da produção e do consumo. Para ele, dentre todos os fatores responsáveis pela instabilidade do fordismo, “a internacionalização do capital, junto ao concomitante salto das multinacionais ao topo do panteão capitalista” foi o mais significativo (GOTTDIENER, 1990, p.68). Em suas palavras:

“De certo modo, a sociedade ou cultura de consumo, que é um produto do fordismo, começou a funcionar bem demais. A importação de bens de consumo de outros países industrializados tornou-se uma forma importante de compensar essa defasagem, ajudando assim à globalização do capital”. (GOTTDIENER, In VALLADARES & PRETECEILLE, 1990, p.68)

Diante dessas crises de super acumulação, segundo HARVEY (1992, p.170), a única questão que se coloca “é como exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência de maneiras que não ameacem a ordem social capitalista”. Seguindo essa premissa, a crise do fordismo trouxe consigo uma série de transformações que almejavam reajustar as práticas capitalistas de produção por meio de uma profunda reestruturação econômica, política e social.

Dentre estas reestruturações, citamos a crescente desregulamentação e liberalização das economias

nacionais. Essa medida teve como principal função flexibilizar a rigidez com que o modelo fordista organizava o processo produtivo e de trabalho. Deste modo, tal flexibilização significou uma maior mobilidade espacial para as indústrias que passaram a conformar suas atividades de acordo com as possibilidades de maximização de seus lucros com maior liberdade. Esta expansão das indústrias pelo globo terrestre teve maior impacto nos países onde o Estado e seus mecanismos de regulação encontraram-se corrompidos pelo neoliberalismo, principalmente naqueles onde as seguridades sociais e ambientais não vigoram.

A dispersão e mobilidade das indústrias sobre o território imprimiram marcas não só nas formas espaciais, pela objetivação das ruínas em abandono, como também profundas marcas na sociedade com o agravamento das desigualdades, contradições e empobrecimento da classe trabalhadora. Segundo BRUYELLE (1992), o processo de desindustrialização pode ser definido como:

“(…) o recuo ou a desapareição do fato industrial em um espaço dado. Este recuo se manifesta de diversas maneiras que têm, cada uma, significações diferentes. Ele pode se manifestar em termos de empregos, em termos de diminuição da produção ou do valor da produção, em termos de redução do número dos estabelecimentos industriais podendo ir até a desapareição total” (BRUYELLE, 1992, p.77 apud PADUA, 2007)

De tal modo, o processo de deslocamento das indústrias sobre o espaço, assim como a diminuição dos postos de trabalho nas zonas de produção fazem parte de uma conjuntura coerente à lógica de acumulação capitalista. Toda reestruturação que ocorre, tanto em termos espaciais como no próprio processo produtivo referem-se a um desdobramento da industrialização perante a crise do capitalismo mundial na década de 70, quando ocorreu a difusão das idéias neoliberais, transformando expressivamente a política econômica e social em escala global. Este momento pode ser visto como um marco na reestruturação das práticas capitalistas, impactando diretamente a vida social no lugar na medida em que rompe com o modelo que vinha organizando o espaço e a sociedade até então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o surgimento das friches industriais está diretamente relacionado à mudanças econômicas e políticas, concebidas muitas vezes numa ordem distante do lugar onde se manifestam. No entanto, a produção do espaço não pode ser reduzida apenas aos impactos das transformações constituintes do modo de

produção capitalista. Embora a essência do fenômeno esteja vinculada à transformações mais amplas, e nesse sentido produto das relações de produção, sua permanência e manutenção estão sujeitas à intervenção e à ação dos agentes locais, que com seus interesses conflitantes, definem o modo como a cidade se organiza e se estabelece frente a estas conjunturas. Nesse sentido, corroboramos com FERREIRA () ao afirmar que:

“(…) o espaço como constructo social, ou seja, socialmente produzido, refere-se à estrutura, que define as determinações do modo de produção, mas refere-se também, simultaneamente, à ação dos agentes locais em associação com grupos de ação, muitas vezes de âmbito global”

De tal modo, acreditamos que o fenômeno das friches industriais, ao mesmo tempo em que nos revela a intrínseca relação entre transformações econômicas e o espaço, nos aponta um caminho para compreender sua reprodução no momento atual. Os novos usos e funções que a sociedade atribui a estes locais em abandono revelam um novo momento da produção espacial, onde se projeta, paradoxalmente, a objetivação do novo e a permanência do antigo.

Nesse sentido, acreditamos que entender a cidade em sua essência, reconhecendo algumas das dinâmicas atuantes em sua produção possibilita intervir na realidade na medida em que pensamos o espaço não como meros espectadores, mas como atores, responsáveis pelas transformações por meio de nossa prática social. E mais, a compreensão do espaço nos permite refletir sobre a realidade de maneira mais profunda e crítica, o que conduz ao questionamento inexorável dos discursos e ações demagógicas, refutando assim a freqüente fetichização do espaço

BIBLIOGRAFIA

- BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Editora Schwarcz, 1982.
- BRUYELLE, P. Désindustrialisation, mutations technologiques et transformations internes des entreprises. In: Revue Belge de Géographie, 116^{ème} année, 1992. Fascicules I à IV. p.77
- CARLOS, A. F. A. Espaço e Indústria. São Paulo: Contexto, 1988.
- DEBÓRD, G. Crítica da separação. 1969
- HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, S. F. Fiches industrielles no extremo sul do Brasil: uma análise sobre o caso da cidade do Rio Grande/RS. In: Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007

MENDONÇA, A. M. Revisitando as ruínas urbanas. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2007.

SOARES, P.R.S. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil. In: I Simpósio Internacional Cidades Médias. Disponível em: <www2.prudente.unesp.br/gasperr/simposio/PauloRSsoares>

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

PADUA, R. Implicações sócioespaciais da desindustrialização em um fragmento da metrópole de São Paulo. Dissertação de mestrado. DEGEO USP, 2007.

RAMALHO VASQUES, A. Considerações de estudos de casos sobre brownfields: Exemplos no Brasil e no Mundo. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XI, nº 648, 30 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-648.htm>>.

VALLADARES, I. PRETECEILLE, E. Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990.

VIERA, S. G. A cidade fragmentada, o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: UFPel, 2005

- WOLFE, M. Desenvolvimento: para que e para quem. Indagações sobre a política social e realidade político social. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.